

17 — Os candidatos excluídos serão notificados para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo, por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

18 — No âmbito do exercício do direito de participação dos interessados, os candidatos devem obrigatoriamente utilizar o modelo de formulário aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 29 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio, disponível na página eletrónica dos SMAS (em www.smalcobaca.pt).

19 — Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção, por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua atual redação.

20 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos será remetida a cada um dos candidatos por ofício registado, após aplicação dos métodos de seleção.

21 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

22 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria e no n.º 2 do artigo 33.º da LTFP, o presente aviso será publicitado integralmente no *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação no *Diário da República* e, por extrato, na página eletrónica dos SMAS, a partir da data de publicação no *Diário da República* e no prazo máximo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

23 — Composição e identificação do Júri dos procedimentos, cujo primeiro vogal efetivo substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos:

Presidente: Hermínio José da Cruz Augusto Rodrigues, Administrador do Conselho de Administração.

Vogais efetivos: José Manuel Braga Rilho, Diretor Delegado e Inês Bagagem Vaz, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

Vogais suplentes: Rui Miguel Ferreira da Graça, Chefe de Divisão de Águas e Saneamento e Elizabete Trindade Peça André, Coordenadora técnica.

Em tudo o que se encontrar omissos no presente aviso, aplicam-se as normas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e alterada pelas Leis n.º 84/2015, de 7 de agosto, n.º 18/2016, de 20 de junho, n.º 42/2016, de 28 de dezembro, n.º 25/2017, de 30 de maio, n.º 70/2017, de 14 de agosto, e n.º 73/2017, de 16 de agosto, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, da Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, na versão atual, e demais legislação respeitante a esta matéria.

24 de setembro de 2018. — O Administrador do Conselho de Administração, *Hermínio José da Cruz Augusto Rodrigues*.

311673934

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 14334/2018

Para efeitos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público, que o Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados, na sua reunião de 02 de agosto de 2018, na sequência do procedimento concursal comum, e no seguimento à reserva de recrutamento interna constituída, deliberou por unanimidade, celebrar contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o trabalhador, Simão Pedro Albernaz Machado, para a carreira e categoria de assistente técnico, na área de contabilidade, com a remuneração mensal correspondente à 1.ª posição e ao nível 5 da tabela remuneratória, com efeitos em 13 de agosto de 2018.

O trabalhador ficará sujeito a um período experimental nos termos do artigo 46.º conjugado com o artigo 49.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo o júri, o mesmo que acompanhou o respetivo procedimento concursal.

29 de agosto de 2018. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Manuel Cabral Dias Bolieiro*.

311673059



PARTE I

ENSILIS — EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, UNIPESSOAL, L.ª

Despacho n.º 9391/2018

A ENSILIS — Educação e Formação, Unipessoal, L.ª, entidade instituidora da Universidade Europeia, cuja criação foi autorizada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 87/2013, de 26 de junho, comunica que, ao abrigo dos artigos 75.º a 80.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 63/2016, de 13 de setembro, a Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Organização Estratégica, objeto de acreditação pela Agência de Avaliação

e Acreditação do Ensino Superior, em 19/09/2014, e de autorização de funcionamento pela Direção-Geral do Ensino Superior a 18/03/2011 e registada com o n.º R/A-Ef 2867/2011, cuja estrutura curricular e plano de estudos foram publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 7 de novembro, Despacho n.º 15044/2011, foi alvo de alteração da sua designação, passando a designar-se Gestão de Recursos Humanos. Esta alteração foi registada na Direção-Geral do Ensino Superior com o número R/A-Ef 2867/2011/AL01, a 24 de agosto de 2018.

21 de setembro de 2018. — A Diretora-Geral da ENSILIS — Educação e Formação, Unipessoal, L.ª, *Estibaliz Barranco Acha*.

311670523



PARTE J1

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Instituto Superior Técnico

Aviso n.º 14335/2018

1 — Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, diploma que aprova o Estatuto do Pessoal

Dirigente, alterado e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, faz-se público que se encontra aberto, por despacho do Presidente do Instituto Superior Técnico de 14 de setembro de 2018, procedimento concursal para provimento do cargo de Assessoria ao Conselho de Gestão, nos termos previstos do n.º 3 do artigo 11.º do Regulamento de Organização e de Funcionamento dos Serviços de Natureza Administrativa e Apoio Técnico do Instituto Superior Técnico aprovado pelo Despacho n.º 1503/2017, de 01 de fevereiro de 2017, inserto no *Diário*